



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.610 grupos de consórcios em andamento, com mais de 1,4 milhão de cotas ativas e 1,3 milhão de bens entregues.

Em 28 de abril de 2017, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Sociedade Incorporadora) e Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Sociedade Incorporada).

No semestre a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 640.321 mil, correspondente a R\$ 322,52 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 4.352.255 mil, Ativos Totais de R\$ 5.642.217 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 847.991 mil, com crescimento 17,2% em relação ao semestre findo em 31 de dezembro de 2016.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

	30.6.2017	31.12.2016		30.6.2017	31.12.2016
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	4.516.350	3.716.397	CIRCULANTE	1.285.198	983.038
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.285.198	983.038
DERIVATIVOS (Nota 6)	4.468.345	3.647.414	Sociais e Estatutárias	576.805	379.800
Carteira Própria	4.468.345	3.647.414	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	210.048	199.411
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	47.952	68.975	Diversas (Nota 12b)	498.345	403.827
Rendas a Receber	3	-			
Créditos Específicos	20.581	10.828			
Diversos	27.368	58.147	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.764	5.324
OUTROS VALORES E BENS	53	8	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.764	5.324
Despesas Antecipadas	53	8	Diversas (Nota 12b)	4.764	5.324
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.095.263	1.000.166			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	4.352.255	3.761.599
DERIVATIVOS (Nota 6)	1.051.215	990.745	Capital:		
Carteira Própria	1.051.215	990.745	- De Domiciliados no País	1.985.374	1.470.000
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	44.048	9.420	Reservas de Lucros	2.366.407	2.292.369
Diversos	44.048	9.420	Ajustes de Avaliação Patrimonial	474	(770)
OUTROS VALORES E BENS	-	1			
Despesas Antecipadas	-	1			
PERMANENTE	30.604	33.398			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1			
Outros Investimentos	312	312			
Provisões para Perdas	(311)	(311)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	694	426			
Outras Imobilizações de Uso	2.780	3.307			
Depreciações Acumuladas	(2.086)	(2.881)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	29.909	32.971			
Ativos Intangíveis	65.057	62.568			
Amortização Acumulada	(35.148)	(29.597)			
TOTAL	5.642.217	4.749.961	TOTAL	5.642.217	4.749.961

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2017	2º Semestre 2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	267.258	264.951
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	267.258	264.951
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	267.258	264.951
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	681.906	513.926
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	847.991	723.637
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(15.360)	(14.499)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(26.106)	(32.884)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(110.355)	(95.061)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	31.772	13.953
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(46.036)	(81.220)
RESULTADO OPERACIONAL	949.164	778.877
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	14.995	25.917
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	964.159	804.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24a e b)	(323.838)	(265.363)
Provisão para Imposto de Renda	(236.308)	(191.765)
Provisão para Contribuição Social	(87.664)	(74.172)
Ativo Fiscal Diferido	134	574
LUCRO LÍQUIDO	640.321	539.431
Número de cotas (Nota 13a e b)	1.985.373.884	1.470.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	322,52	366,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Próprias	Lucros Acumulados	Totais
Eventos							
Saldo em 30.6.2016	1.470.000		120.345	1.637.718			3.228.063
Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	-	(770)	-	(770)
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	539.431	539.431
Lucro Líquido	-	-	26.971	507.335	-	(534.306)	-
Destinações:							
- Reservas	-	-	-	-	-	(5.125)	(5.125)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	1.470.000		147.316	2.145.053	(770)		3.761.599
Aumento de Capital com Dividendos Exercício 2015 (Nota 13b)	-	370.000	-	-	-	-	370.000
Aumento de Capital por Incorporação (Nota 2)	145.374	-	-	-	-	-	145.374
Complemento de Dividendos exercício 2016 (Nota 13d)	-	-	-	(560.200)	-	-	(560.200)
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	1.244	-	1.244
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	640.321	640.321
Destinações:							
- Reservas	-	-	32.016	602.222	-	(634.238)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(6.083)	(6.083)
Saldo em 30.6.2017	1.615.374	370.000	179.332	2.187.075	474		4.352.255

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2017	2º Semestre 2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	964.159	804.794
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	8.067	5.737
Depreciações e Amortizações	5.612	5.540
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.455	197
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	972.226	810.531
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	951.264
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	(626.977)	(596.348)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(4.853)	18.253
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	59.083	(31.452)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(338.201)	(128.694)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	61.278	1.023.554
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(207)	(209)
Alienação de Imobilizado de Uso	3	-
Aquisição de Intangível	(2.489)	(1.433)
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(58.585)	(991.912)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(61.278)	(993.554)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos Pagos	-	(30.000)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(30.000)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil

	1º Semestre 2017	2º Semestre 2016
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.821.482	5.704.056
Aplicações Financeiras	1.057.339	984.663
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	4.764.143	4.719.393
(+) RECURSOS COLETADOS	6.605.332	5.333.690
Contribuições para Aquisição de Bens	4.536.404	4.126.256
Taxa de Administração	689.344	610.124
Contribuições ao Fundo de Reserva	134.720	122.066
Rendimentos de Aplicações Financeiras	203.937	233.356
Multas e Juros Moratórios	18.776	15.989
Prêmios de Seguro	111.319	97.983
Custas Judiciais	2.248	9.621
Outros (1)	908.584	118.295
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(5.641.290)	(5.216.264)
Aquisição de Bens	(4.227.598)	(4.008.125)
Taxa de Administração	(701.951)	(629.173)
Multas e Juros Moratórios	(9.266)	(7.951)
Prêmios de Seguro	(112.237)	(98.775)
Custas Judiciais	(1.973)	(9.642)
Seguros Contratados - Quebra de Garantia	(69.569)	(56.102)
Devolução a Consorciados Desligados	(307.637)	(260.420)
Outros	(211.059)	(146.076)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	6.785.524	5.821.482
Aplicações Financeiras	989.285	1.057.339
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	5.796.239	4.764.143

(1) Em Abril/2017 foi Incorporado o saldo da empresa Kirton Consórcio no valor de R\$ 829.060 mil, o qual demonstramos na Linha Outros de Recursos Coletados (Nota 2).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2017	31.12.2016
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	15.741.751	13.175.743
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 21).....	6.785.524	5.821.482
Aplicações Financeiras.....	989.285	1.057.339
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações.....	5.796.239	4.764.143
OUTROS CRÉDITOS.....	8.956.227	7.354.261
Direitos junto a Consorciados Contemplados.....	8.926.868	7.335.755
Normais.....	6.886.697	7.135.959
Em Atraso.....	54.586	42.220
Em Cobrança Judicial.....	185.585	157.576
Bens Retomados.....	29.359	18.506
COMPENSAÇÃO	57.240.985	50.588.425
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados.....	607.211	537.663
Contribuições Devidas ao Grupo.....	30.245.004	26.497.404
Valor dos Bens a Contemplar.....	26.388.770	23.553.358
TOTAL	72.982.736	63.764.168
PASSIVO		
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15.741.751	13.175.743
Obrigações com Consorciados.....	5.723.024	4.982.171
Valores a Repassar.....	116.446	81.087
Obrigações por Contemplações a Entregar.....	5.796.239	4.764.143
Recursos a Devolver a Consorciados.....	2.851.292	2.284.998
Recursos dos Grupos.....	1.254.750	1.063.344
COMPENSAÇÃO	57.240.985	50.588.425
Recursos Mensais a Receber de Consorciados.....	607.211	537.663
Obrigações do Grupo por Contribuições.....	30.245.004	26.497.404
Obrigações por Futuras Contemplações.....	26.388.770	23.553.358
TOTAL	72.982.736	63.764.168

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens móveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Em 28 de abril de 2017, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Kirton Administradora de Consórcio Ltda., pela Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., mediante versão de parcela do Patrimônio Líquido da Kirton Consórcio para a Bradesco Consórcios, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrativo abaixo:

	Ativo	Passivo
Disponibilidades.....	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	193.955	-
Outros créditos.....	8.662	-
Permanente.....	125	-
Outras obrigações.....	-	57.368
Patrimônio líquido.....	-	145.374
Total	202.742	202.742

Em função da incorporação a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., assumiu a administração de 134 grupos de consórcios da Kirton Administradora de Consórcio Ltda., no valor de R\$ 830.082 mil. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características

semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

g) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

h) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

j) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

• Software

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridas.

m) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade de com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I. Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II. Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora os prêmios de seguros.

III. Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV. Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V. Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

Contas de compensação

I. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

II. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

III. Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	R\$ mil	
	30.6.2017	31.12.2016
Carteira própria		
- Letras financeiras.....	1.051.215	990.745
- Cotas de fundos de investimentos.....	4.468.345	3.647.414
Total	5.519.560	4.638.159

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3).....	661.625	373.680	375.229	3.057.811	4.468.345	4.468.345	- 3.647.414
Letras financeiras do tesouro.....	-	78.292	370.016	2.852.593	3.300.901	3.300.901	- 1.324.745
Debêntures.....	-	68.119	1.966	5.259	75.344	75.344	- 53.928
Letras do tesouro nacional.....	13.627	-	1.372	24.144	39.143	39.143	- 15.724
Notas do tesouro nacional.....	647.632	320	1.189	25.425	674.566	674.566	- 1.969.467
Letras financeiras.....	-	226.949	686	150.390	378.025	378.025	- 281.277
Outras.....	366	-	-	366	366	366	- 2.273
Títulos disponíveis para venda (4).....	-	-	-	1.051.215	1.051.215	1.050.498	717 990.745
Letras financeiras.....	-	-	-	1.051.215	1.051.215	1.050.498	717 990.745
Total em 2017.....	661.625	373.680	375.229	4.109.026	5.519.560	5.518.843	717
Total em 2016.....	1.864.734	133.009	226.868	2.413.548			4.638.159

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do período a Bradesco Consórcios possuía R\$ 4.468.345 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.647.414 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada.....	-	8.157
Subtotal	-	8.157
Rendas de títulos de renda fixa.....	58.585	66.429
Rendas de aplicações em fundos de investimentos.....	208.673	190.365
Total	267.258	264.951

d) No semestre findo em 30 de junho de 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OUTROS CRÉDITOS

	R\$ mil	
	30.6.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições a compensar.....	33.225	-
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1).....	21.543	54.702
Valores pendentes - cobrança judicial.....	18.947	9.688
Devedores por depósitos em garantia.....	10.330	8.992
Créditos tributários (Nota 24c).....	5.709	3.652
Bens retomados após encerramento do grupo.....	1.634	1.141
Outros.....	612	220
Total	92.000	78.395

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança.

8) INVESTIMENTOS

	R\$ mil	
	30.6.2017	31.12.2016
- Certificados de investimentos - CI.....	12	12
- Investimentos audiovisuais.....	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais.....	(311)	(311)
Total geral dos investimentos	1	1

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	30.6.2017	31.12.2016
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	10%	1.190	(674)	516	236
Sistemas de segurança.....	10%	18	(16)	2	2
Sistemas de processamento de dados.....	20%	1.572	(1.396)	176	188
Total em 2017.....		2.780	(2.086)	694	
Total em 2016.....		3.307	(2.881)		426

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por software.

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Amortização	30.6.2017	31.12.2016
Software.....	20%	65.057	(35.148)	29.909	32.971
Total em 2017.....		65.057	(35.148)	29.909	
Total em 2016.....		62.568	(29.597)		32.971

11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuidos nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	266	3.760	41
Atualização monetária.....	23	292	1
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	199	633	-
Incorporação Kilton Consórcio (Nota 2).....	343	499	-
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 12b).....	831	5.184	42

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Provisões Contingentes classificadas como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	30.6.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	190.460	181.941
Impostos e contribuições a recolher.....	19.344	17.470
Provisões impostos e contribuições diferidos.....	244	-
Total	210.048	199.411

b) Diversas

	R\$ mil	
	30.6.2017	31.12.2016
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados.....	458.232	374.197
Recursos pendentes cobrança judicial.....	20.581	10.828
Provisões despesas administrativas.....	7.260	9.356
Provisões para contingências cíveis (Nota 11b).....	5.184	3.760
Recursos pendentes de identificação.....	4.317	3.831
Provisões despesas de pessoal.....	3.104	3.306
Provisão para pagamento a efetuar.....	1.080	1.046
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 11b).....	831	266
Provisões para contingências fiscais (Nota 11b) (1).....	42	41
Outras.....	2.478	2.520
Total	503.109	409.151

(1) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.985.374 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.470.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 1.985.373.884 (31 de dezembro de 2016 - 1.470.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2016	1.470.000.000	1.470.000
Aumento de capital (Incorporação da Kirton) (Nota 2).....	145.373.884	145.374
Aumento de capital (1).....	370.000.000	370.000
Em 30 de junho de 2017	1.985.373.884	1.985.374

(1) Em 30 de abril de 2017 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, homologado pelo BACEN em 5 de julho de 2017, deliberou o aumento do capital social em R\$ 370.000 mil, oriundos dos dividendos declarados no Instrumento de Alteração do Contrato Social de 29 de abril de 2016.

c) Reservas de lucros

	30.6.2017	31.12.2016
Reservas de lucros	2.366.407	2.292.369
- Reserva legal (1).....	179.332	147.316
- Reserva estatutária (2).....	2.187.075	2.145.053

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião dos Sócios-Cotistas de 2 de maio de 2017, os dividendos do exercício de 2016, foram complementados em R\$ 560.200 mil.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres:

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Lucro Líquido.....	640.321	539.431
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(32.016)	(26.971)
Base de cálculo	608.305	512.460
Dividendos propostos.....	6.083	5.125
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas.....	3,06	3,49

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Taxa de administração de grupos de consórcios.....	747.669	644.188
Taxa de permanência (1).....	100.322	79.449
Total	847.991	723.637

(1) Refere-se à taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

15) DESPESA DE PESSOAL

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Proventos.....	6.583	6.803
Benefícios.....	4.913	3.335
Encargos sociais.....	2.263	3.355
Participação dos empregados nos lucros.....	1.056	925
Outras.....	545	81
Total	15.360	14.499

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Serviços técnicos especializados.....	7.567	4.404
Comunicações.....	6.018	4.993
Depreciações e amortizações.....	5.612	5.540
Processamentos de dados.....	2.902	2.800
Propaganda, promoções e publicidade.....	1.095	6.963
Viagens.....	779	962
Transportes.....	597	547
Material.....	316	200
Alugueis.....	290	225
Manutenção e conservação de bens.....	138	142
Contribuições filantrópicas.....	-	5.648
Outras.....	792	460
Total	26.106	32.884

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Contribuição à COFINS.....	77.958	67.992
Contribuição ao PIS.....	16.341	14.182
Impostos sobre serviços - ISS.....	16.056	12.884
Outros.....	-	3
Total	110.355	95.061

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Recuperação de despesas - taxas (1).....	26.780	11.571
Reversão de provisão.....	3.421	2.086
Outras.....	1.571	296
Total	31.772	13.953

(1) Referem-se a taxas de vitórias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Taxas de transferências e alienação de bens - Detran.....	9.421	7.917
Patrocínio.....	8.279	8.357
Custas.....	5.002	18.105
Comissões sobre vendas.....	4.293	33.397
Despesas financeiras (1).....	3.354	-
Gravames.....	3.231	3.148
Provisões cíveis.....	3.025	157
Vistoria.....	2.544	1.800
Taxa de avaliação.....	1.842	1.692
Provisão de honorários advocatícios.....	1.521	-
Outras.....	3.524	6.647
Total	46.036	81.220

(1) Referem-se à atualização da taxa Selic sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social pagos em março de 2017.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Taxas (1).....	14.507	25.555
Descontos obtidos.....	173	357
Outras.....	315	5
Total	14.995	25.917

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências e substituição.

21) APLICAÇÕES FINANCEIRAS - GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 6.785.524 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 5.821.482 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI.

A taxa de administração paga pelos grupos ao administrador de carteiras de fundos de investimentos - Banco Bradesco S.A., no 1º semestre de 2017 foi de R\$ 86.165 mil (2º semestre de 2016 - R\$ 79.328 mil).

22) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	30.6.2017	31.12.2016
Grupos em andamento.....	3.610	3.561
Grupos encerrados.....	2.928	2.740
Bens entregues nos semestres.....	102.939	99.752
Bens entregues totais.....	1.291.102	1.101.279
Consorticiados ativos.....	1.384.333	1.284.082
Desistentes e cancelados nos semestres.....	127.483	110.648
Consórcios contemplados (1).....	755.271	685.247
Bens pendentes de entrega.....	59.682	71.927
Taxa média de inadimplência (2).....	3,67%	3,78%

(1) Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram considerados somente consorciados de grupos em andamento; e
(2) Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o % de inadimplência refere-se a consorciados contemplados, com uma ou mais parcelas em aberto na data-base.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	30.6.2017	31.12.2016
Controlador		
Ativos		
Títulos e valores mobiliários.....	1.051.215	990.745
Passivos		
Dividendos a pagar.....	576.805	379.800
Controlador		
1º sem. 2017	58.585	74.586
2º sem. 2016	(290)	(224)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.600 mil (2016 - R\$ 2.300 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 3.700 mil (2016 - R\$ 1.300 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Proventos.....	1.207	1.372
Total	1.207	1.372

Benefícios pós-emprego

	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.496	664
Total	1.496	664

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	964.159	804.794
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(327.814)	(273.630)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis liquidas de receitas não tributáveis	8.730	(6.002)
Outros valores	(4.754)	14.269
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(323.838)	(265.363)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	1º sem. 2017	2º sem. 2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(323.910)	(265.936)
Impostos diferidos:		
Constituição (realização) no semestre, sobre adições temporárias.....	72	573
Imposto de renda e contribuição social do semestre.....	(323.838)	(265.363)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil				
	Saldo em 31.12.2016	Saldo oriundo de incorporação da Kirton (Nota 2)	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	104	117	102	26	297
Provisão para contingências cíveis	1.278	170	942	627	1.763
Provisão para perda de investimento	109	-	-	-	109
Outros (1)	1.764	2.095	843	1.162	3.540
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.255	2.382	1.887	1.815	5.709
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	397	-	-	397	-
Total dos créditos tributários (Nota 7).....	3.652	2.382	1.887	2.212	5.709

(1) Refere-se essencialmente à provisão de honorários, pagamentos a efetuar e bonificações de dirigentes.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	375	135	510
2018.....	1.263	454	1.717
2019.....	1.638	589	2.227
2020.....	742	267	1.009
2021.....	180	66	246
Total	4.198	1.511	5.709

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 5.439 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.085 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Não houve outros eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores Vice-Presidentes
Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher

Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano

Diretor Gerente
Eurico Ramos Fabri

Diretor Geral
José Sergio Bordin

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 23 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3